

Capítulo 4 - DOI:10.55232/1082022.4

A PARTICIPAÇÃO DOS EVANGÉLICOS NA POLÍTICA BRASILEIRA

Erico Tadeu Xavier

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar a participação dos evangélicos na política brasileira numa perspectiva bíblico-ética. Diante do aumento expressivo de evangélicos no Brasil, principalmente a partir das décadas de 1970 e 1980, houve uma inserção significativa de evangélicos na esfera política brasileira. As igrejas em geral entendem que não devem associar religião e política, enquanto igreja constituída. Contudo, indivíduos cristãos têm participado da vida política, sendo possível observar bons e maus exemplos destes o que influencia direta ou indiretamente na percepção do Cristianismo. Ao analisar a participação política dos evangélicos no Brasil pode-se concluir que a conduta de políticos que se afirmam como cristãos pode contribuir para que a Igreja cristã tenha repercussão positiva e alcance a necessária liberdade religiosa para pregar o Evangelho se estes se mantiverem fiéis aos preceitos bíblicos e não usarem o poder em benefício próprio.

Palavras-chave: Política. Religião. Evangélicos.

INTRODUÇÃO

O panorama religioso brasileiro, nas últimas décadas vem sofrendo profundas transformações. O enfraquecimento do poder religioso da igreja católica, a consolidação da democracia e da liberdade religiosa e de expressão, juntamente com a conquista da plena democracia brasileira, têm contribuído para essas transformações.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1940, apenas 2,6% da população era evangélica. Esse número aumentou em 1950 para 3,4%, em 1960 para 4%, em 1970 para 5,2%, em 1980 para 6,6%, em 1991 para 9% e 15,4% em 2000. Isso representa um número de 26.184.941 adeptos. A projeção do IBGE para 2006 era que esse número ultrapassasse 40 milhões de adeptos, e que em 2022 50% da população brasileira seja evangélica (MARIANO, 2005).

Esse fato é significativo porque o Brasil carrega o título de maior país católico do mundo, tornando-se também o maior país protestante. Com o aumento de evangélicos no Brasil houve uma inserção mais significativa destes na esfera política, o que leva a questionar se o envolvimento de evangélicos na política brasileira tem contribuído para o crescimento da igreja cristã?

Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo analisar a participação dos evangélicos na política brasileira numa perspectiva bíblico-ética.

O ENVOLVIMENTO POLÍTICO DOS EVANGÉLICOS BRASILEIROS

O crescimento do ramo evangélico no Brasil tem modificado a realidade religiosa no país, que tem deixado de ser um povo de maioria católica para ver crescer os protestantes e destes, a religião que mais cresceu nas últimas décadas foi a dos evangélicos em geral, sobretudo os pentecostais.

Em reportagem à Folha de São Paulo, Beguoci (2007) afirma que: “O Brasil é hoje o maior país pentecostal do mundo. Levantamento de um instituto americano indica que o

país reúne 24 milhões de seguidores de igrejas como a Universal do Reino de Deus, a Assembleia de Deus e a Renascer em Cristo”.

Os pentecostais e os protestantes crescem em camadas sociais diferentes. Enquanto a força pentecostal ainda se mantém na base da pirâmide social (apesar de percebermos um início de mudança nessa realidade), o protestantismo consegue adeptos nas camadas sociais mais elevadas.

Mariano (2005, p. 1) afirma que o crescimento do pentecostalismo junto às massas pobres

resulta, em parte, de seu incansável esforço e empenho para atraí-las, persuadi-las e recrutá-las mediante a oferta sistemática de serviços mágico-religiosos com forte apelo popular, da realização de cultos carregados de alto teor emocional, da propaganda pessoal e eletrônica, difundida diuturnamente, de testemunhos bem-sucedidos de conversão e obtenção de bênçãos. Sua ênfase pastoral e teológica na cura de enfermos, na expulsão e libertação ritual de demônios (tidos como responsáveis pelos infortúnios que afligem fiéis e virtuais adeptos) e na promessa de bênçãos materiais e de milagres aos cristãos obedientes a Deus – ênfase decorrente do propósito de resgatar, reproduzir e disseminar crenças e práticas do cristianismo primitivo – demonstrou ser uma receita evangelística exitosa, dada sua boa adaptação às demandas mágico-religiosas e aos interesses materiais e ideais de parte dos estratos pobres brasileiros e latino-americanos.

Três denominações religiosas ainda detêm a hegemonia relativa ao número de adeptos evangélicos. São elas a igreja Assembleia de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus e Congregação Cristã no Brasil. Essas igrejas congregam, juntas, 74% de toda população evangélica do país.

O crescimento em números da igreja evangélica foi acompanhado da inserção de seus adeptos em crescimento em vários âmbitos, como na mídia, na assistência social e na política.

Até a década de 1960 eram poucos os evangélicos que se aventuravam a inserir-se na vida pública concorrendo a cargos eletivos. Essa realidade, aos poucos, foi se modificando, não somente no Brasil, mas praticamente, em toda a América Latina.

Nos últimos anos, segundo Padilla (1991, p. 5), ainda que a ênfase na iniciativa individual persista, ela tem cedido espaço para uma atuação política cada vez mais

distinguida. Alguns exemplos que podemos citar é a criação de um partido político próprio na Venezuela, em 1978 (*Organización Renovadora Auténtica*); sua interferência

evangélica na eleição do primeiro mandato de Alberto Fujimori, no Peru, em 1990; a eleição de Jorge Serrano Dias, membro da Igreja Pentecostal El Shaddai (Deus Onipotente), como presidente da Guatemala; a criação de um partido político "evangélico" na Argentina em 1991.

A grande arrancada para a inserção significativa de evangélicos na política brasileira se deu na década de 1980. Com a eleição para a Assembleia constituinte em 1986-1988, houve uma grande mobilização no meio evangélico para pastores e líderes concorressem aos cargos públicos eletivos.

Uma das fortes razões para que isso ocorresse foi o boato amplamente disseminado de que havia um movimento por parte da igreja católica no sentido de legislar contra o crescimento das igrejas evangélicas, cerceando assim a liberdade religiosa. Formou-se então, na câmara dos deputados a bancada dos evangélicos.

A partir de então, nomes de destaque no meio evangélico passaram também a se destacar na vida pública numa tentativa de mudar a história política brasileira. Marcelo Crivella, Anthony e Rosinha Garotinho, Benedita da Silva, Francisco Rossi e outros, forma nomes que se elegeram para cargos de destaque no cenário político do país.

Enquanto muitas denominações religiosas aderem ao ingresso na vida pública através de cargos eletivos, muitos membros das igrejas evangélicas ainda apresentam certa restrição e dúvidas quanto ao dar ou não apoio aos seus candidatos, alegando que religião e política não se devem misturar.

É necessário ter claramente estabelecido que, individualmente, ninguém é apolítico. A própria pretensão de não adotar nenhuma posição política, em si, já se torna uma posição. Mas enquanto igreja constituída, não deve haver homogeneização entre Igreja e Estado.

Todos nós, em maior ou menor grau de intensidade, corremos o risco de viver em função da obtenção do poder e de sermos corrompidos por ele. Freston (2004) comenta que:

O âmago de tudo isso é a grande questão ausente dos nossos debates teológicos: o poder. Tanto o personalismo individualista como o institucionalismo

corporativista sofrem de uma doutrina fraca do pecado. Alias, nós evangélicos, ironicamente, muitas vezes temos um conceito fraco do pecado! Não temos a doutrina protestante clássica de desconfiança no ser humano - qualquer ser humano, mesmo que seja um cristão sério, convertido, batizado no Espírito Santo; ou mesmo vários deles reunidos na cúpula de uma denominação. A doutrina clássica de que os pecadores precisam se controlar mutuamente num sistema de mútua prestação de contas é substituída por uma esperança "messiânica" num grande líder político evangélico ou pela fé numa "vanguarda" de líderes evangélicos com um direito divino de governar.

É importante atentar para essa questão do poder, e é possível que do uso indevido do mesmo resulte os prejuízos e o desgaste da imagem sofrida pela igreja, decorrentes das ações de alguns políticos evangélicos. Mas como igreja, é necessário ter consciência de que o reino o qual buscamos não pertence a este mundo temporal.

Há que se ter cuidado também ao atribuir a Deus revelações, através de visões e sonhos, que refletem e expressam única e exclusivamente os desejos e aspirações acalentados no íntimo do sujeito. Daí resultará, certamente, a pretensão de ser o “Salvador da Pátria” instituído por Deus.

Freston (2004) ainda comenta que

Os partidos comunistas antigamente tinham essa ideia da "vanguarda". Os líderes iluminados do partido tinham a capacidade de interpretar infalivelmente os acontecimentos históricos e, portanto, o direito de guiar o povo. As vanguardas marxistas desmoronaram, mas vanguardas evangélicas estão surgindo. Devemos desconfiar de todas elas. Não se pode confiar tanto em ninguém, por mais consagrado que pareça, por mais unção do Espírito diga ter, por mais que reivindique governar ou legislar em nome de Deus. Nada substitui sistemas de prestação mútua de contas, de transparência e participação democrática. A democracia também não garante nada, mas é o sistema menos ruim, menos perigoso, porque mais próximo da visão bíblica do ser humano.

Talvez a grande pergunta que permeia toda essa reflexão e que mereça maior consideração seja: Tem o envolvimento e a inserção de evangélicos na política brasileira contribuído para o crescimento qualitativo, e não apenas quantitativo da igreja?

Se olharmos mais criticamente para algumas características do eleitorado brasileiro e o analfabetismo político no qual vive a maioria dos eleitores, talvez concluamos que, nada do que acontece envolvendo políticos evangélicos, seja para o bem ou seja para o mal, influencia o resultado das urnas, uma vez que uma boa fatia do eleitorado acaba por tomar suas decisões sobre em quem eleger nos últimos dias que antecedem o pleito, e tais

decisões são tomadas com base nos favores e benesses recebidas ou prometidas, como cestas básicas, dinheiro, promessas de empregos e outros.

Mas, por outro lado, não podemos negar a imagem negativa que a igreja, de modo geral acaba passando, ao apoiar candidatos que fazem parte de seu rol de membros que, uma vez eleitos, acabam depondo contra a fé que até então professava.

Uma reportagem da revista *Veja* do dia 21 de julho de 2004 trouxe uma pergunta intrigante a respeito do envolvimento da igreja na política. Sob o título *O Evangelho segundo os políticos*, a reportagem provoca a reflexão ao afirmar: “Candidatos de todos os partidos vão ao calvário para conquistar o voto religioso e levantam uma questão: é saudável colocar Deus no centro da política?”. Cabral (2004, p. 44-45), noticia o seguinte:

"Meu Deus, abençoe a prefeita", implorou o pastor, diante de 250 crentes da Igreja Batista da Graça, situada num bairro pobre de São Paulo. "Abençoe a prefeita porque esta autoridade que ela tem vem de Ti!" Ao lado do pastor estava a prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, candidata à reeleição, que do alto do púlpito fez seu proselitismo em busca de votos. No fim de semana anterior, a prefeita visitara o templo de outra igreja evangélica e testemunhara o seguinte jogral religioso:

– A prefeita é bem-vinda? – perguntava, aos gritos, o pastor Deiró de Andrade.

– Amém! – gritava em resposta a massa de fiéis.

Luiza Erundina, do PSB, explicou aos adeptos da Assembleia de Deus, num templo na periferia de São Paulo, que só está na política por vontade divina. "Por mim, eu não estaria mais, mas Deus estabelece um desígnio, uma tarefa para a gente com a comunidade", disse, tentando cabalar os votos dos fiéis da Assembleia de Deus, cujos líderes se dividiram na eleição para a prefeitura paulistana. Uns estão com Erundina. Outros, com o tucano José Serra. E um terceiro grupo optou pelo presbiteriano Francisco Rossi, candidato de um tal de PHS.

No Rio de Janeiro, o candidato Marcelo Crivella, do PL, afirma que a população não está interessada em "saber a religião do candidato". Por via das dúvidas, Crivella não se esquece de dizer que é bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, a denominação evangélica que mais cresce no país, e usa os templos espalhados pela cidade como diretórios partidários. A mistura de religião e política despertou a atenção do arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eusébio Scheid. "Não se pode jamais transformar uma religião em partido", criticou o arcebispo, ao visitar o prefeito Cesar Maia, candidato à reeleição que corteja o voto católico e acaba de assinar um convênio que investirá 5 milhões de reais na reforma de quatro igrejas católicas. Na realidade, ninguém está transformando religião em partido. Os candidatos, de todos os partidos, da esquerda à direita, é que têm feito de tudo para ganhar o voto religioso, principalmente dos evangélicos.

Na mesma reportagem ainda lemos que o envolvimento de religiosos na política atingiu o ápice no ano de 2004, com a entrada em peso dos evangélicos na disputa de cargos públicos mais elevados, como os que compõem o Executivo.

A política brasileira nunca esteve preocupada com assuntos referentes à religião, pois mesmo a respeito de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek não se tem notícias se eram ou não praticantes de alguma religião; Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva nunca tiveram como prioridades de seu governo qualquer questão referente a denominação religiosa, sendo que, este último até chegou a ser taxado de “diabo de barbas” por muitos evangélicos, em alguns momentos de sua trajetória política que o levou ao Planalto.

A história tem provado que a associação entre igreja e política nunca foi saudável para os cristãos. Atualmente não é diferente.

Nos Estados Unidos, talvez o exemplo mais eloquente da influência de Deus na política de uma nação democrática, a questão religiosa tem gerado profundas controvérsias, em especial depois da eleição de George W. Bush, um fundamentalista cristão que – assustadoramente – dá sinais de que se julga enviado divino. Hoje, há desavenças até nas escolas americanas entre os criacionistas, para quem o homem descende de Adão e Eva, e os evolucionistas, adeptos da teoria da evolução das espécies de Charles Darwin. No Brasil, felizmente, a questão religiosa está longe de produzir tal dicotomia bizarra, mas há exemplos de que a chegada ao poder de gente que se sente investida de uma missão divina pode gerar complicações num Estado laico como o brasileiro. No Rio de Janeiro, governado pela evangélica Rosinha Matheus, está autorizado o ensino do criacionismo nas escolas públicas. (CABRAL, 2004, p. 45).

Uma coisa, porém, é a igreja enquanto instituição, se envolver na política, apoiando este ou aquele candidato e permitindo que o mesmo use os seus espaços físico e temporal para campanha política; outra bem diferente é o indivíduo, crente professo, decidir concorrer a um cargo eletivo.

O teólogo e professor Alberto Ronald Timm afirma que:

A Igreja encontra nos ensinamentos de Cristo e dos apóstolos base suficiente para evitar qualquer militância política institucional. O cristianismo apostólico cumpria sua missão evangélica sob as estruturas opressoras do Império Romano sem se voltar contra elas. O próprio Cristo afirmou que o Seu reino “não é deste mundo” e que, por conseguinte, os Seus “ministros” não empunham bandeiras políticas (João 18:36). (TIMM, 2006, p. 13).

Mas referente ao ingresso individual dos crentes na política, as Escrituras Sagradas trazem alguns exemplos de pessoas que galgaram altos escalões dos impérios e nem por

isso deixaram de ser fiéis a Deus. Ao contrário, quando esses fiéis se dispuseram a obedecer a Deus em quaisquer circunstâncias, foram abençoados, não somente eles, mas também toda nação israelita. Podemos ler tais exemplos na vida de José (Êxodo 37), Daniel e o próprio rei Davi, sem falar de Moisés, que preferiu abrir mão de todos os privilégios que o esperavam como príncipe do Egito para compartilhar a sorte dos filhos de Israel.

Timm ainda continua, no mesmo artigo, referindo-se ao candidato cristão, dizendo:

A Igreja espera que os que se candidatam a cargos políticos elegíveis sejam honestos em sua campanha e, se eleitos, também no exercício de suas funções políticas. Cada candidato deve conduzir o seu processo eleitoral-político (1) sem assumir posturas ideológicas e partidárias contrárias aos princípios cristãos; (2) sem se valer de recursos financeiros inapropriados; (3) sem prometer o que não possa cumprir; (4) sem denegrir a reputação de outros candidatos igualmente honestos; (5) sem se envolver com coligações não condizentes com a fé cristã; [...]. (TIMM, 2006, p. 13).

No cenário político geral, especialmente do Brasil, duas palavras se confundem, tanto na interpretação como nas atitudes de quem se aventura no caminho do poder: política (que significa ciência do governo das nações; arte de dirigir as relações entre os estados; princípios que orientam a atitude administrativa de um governo) e politicagem (termo ligado à politiquice que significa política mesquinha, pouco escrupulosa, levada a cabo pela ação de politiqueiros).

O problema maior acontece quando evangélicos perdem de vista que a política por si mesma é algo que visa o bem estar social, e a prioridade passa a ser os interesses particulares. O poder, nesse caso, pode ser um fator que contribui para a corrupção.

Um dos casos de repercussão internacional negativa para a imagem dos evangélicos de modo geral, envolveu a prisão do casal de líderes da Igreja Renascer, Estevam e Sonia Hernandes. Ele, autointitulado apóstolo, e ela intitulada de bispa, fizeram do uso da fé (de seus adeptos) um trampolim para galgar as alturas na escala social. Ambos, líderes no Brasil de um movimento que surgiu na década de 1940 nos Estados Unidos e que hoje é um dos principais que adotam aquilo que é chamado pelos críticos de “Teologia da Prosperidade”, acumularam uma razoável fortuna em pouco tempo de liderança da igreja.

Mas o que mais importa para este trabalho é o uso da influência exercida por pastores, bispos e outros líderes da Igreja Renascer para que pessoas ligadas ao movimento, parentes ou não, se beneficiem financeiramente através indicação para ocupar cargos de confiança – alguns jamais exercidos - de estâncias governamentais em seus mais variados âmbitos, fato que também foi amplamente noticiado pela mídia.

Freston (2004) nos sugere olhar para os evangélicos que ingressam na vida pública como atores de um enredo escrito por forças diversas que fogem do nosso controle, e daí a necessidade de uma visão clara sobre o seu papel ao desempenhar uma função através de um cargo eletivo.

Ninguém deve considerar-se o messias ao ser eleito, e nenhuma organização religiosa deveria idolatrar seus candidatos, mas ter sempre em mente que o homem é vulnerável quando se distancia de Deus e mantém relações estreitas com o poder.

Se alguém me pergunta se confio em algum político evangélico (seja Garotinho, Benedita, Iris Rezende, Bispo Rodrigues ou qualquer outro), respondo que não. E o chocante não é essa minha resposta, mas o fato de que muitos evangélicos acham quase uma heresia dizer isso. Mas, biblicamente, não devemos confiar nos príncipes, mesmo que sejam evangélicos e tenhamos ajudado a colocá-los no poder! É por termos uma doutrina superficial do pecado que nos damos mal politicamente e criamos ídolos evangélicos que depois nos desapontam. (FRESTON, 2004).

A transparência e a austeridade ao se lidar com o que é público é ainda a melhor maneira de se manter o caráter impoluto, e o que se dizia a respeito das esposas de César, no passado, bem pode ser aplicado aos cristãos que pretendem ocupar um cargo público e dar sua contribuição para a diminuição do sofrimento e da privação pelos quais passam as camadas menos favorecidas: “Não basta ser honesto, tem que se parecer honesto”.

CONCLUSÃO

A política é uma necessidade para a estrutura do Estado, mas os homens que a compõem precisam estar cientes da importância do cargo que ocupam para que o país e o povo possam prosperar. Nisso os cristãos podem contribuir muito, se se dispuserem a agir em conformidade com a fé que afirmam professar.

Ao analisar a participação política dos evangélicos no Brasil pode-se concluir que a conduta de políticos que se afirmam como cristãos pode contribuir para que a Igreja tenha repercussão positiva e alcance a necessária liberdade religiosa para pregar o Evangelho se estes se mantiverem fiéis aos preceitos bíblicos e não usarem o poder em benefício próprio

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEGUOCI, L. Brasil é o maior país pentecostal. Folha de São Paulo, São Paulo, segunda-feira, 29 de janeiro de 2007. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2901200708.htm>>. Acesso em: 17 abr. 2022.

CABRAL, O. O evangelho segundo os políticos. Veja, São Paulo, ed. 1863, p. 42-45, jul. 2004.

FRESTON, P. Campanha eleitoral: raiz de todos os males. São Paulo: Ultimato, 15 set. 2004.

MARIANO, R. Pentecostais e política no Brasil. 2005. Disponível em: <https://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/2005/05/13_impr.shtml>. Acesso em: 17 abr. 2022.

PADILLA, R. Los evangélicos: Nuevos actores en el escenario politico latinoamericano. In: De la marginacion al compromiso. Quito: FTL, 1991, p. 5.

TIMM, A.R. Os adventistas e a política: conceitos básicos sobre a posição dos adventistas sobre política. Revista Adventista, P. 12-15, maio 2006.